

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – LASEB

JAMILIS DA SILVA SANTOS

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CRECHE**

Itabirito-MG

2025

JAMILIS DA SILVA SANTOS

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CRECHE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Básica.

Área de concentração: Docência e inclusão escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola.

Orientadora: Profa. Esther Augusta Nunes Barbosa.

Itabirito-MG

2025

S237i
TCC

Santos, Jamilis da Silva, 1997-

A inclusão de crianças pequenas na educação infantil [manuscrito] : a educação especial na creche / Jamilis da Silva Santos. -- Belo Horizonte; Itabirito, 2025.

31 p. : enc., il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Esther Augusta Nunes Barbosa.

Bibliografia: f. 29.

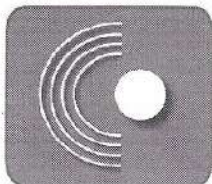
Anexos: f. 30-31.

1. Brasil -- [Lei n. 14.880, de 04 de junho de 2024] -- Avaliação.
2. Educação. 3. Educação básica. 4. Educação especial. 5. Educação inclusiva. 6. Inclusão em educação. 7. Creches. 8. Crianças -- Cuidados.
9. Itabirito (MG) -- Educação. 10. Itabirito (MG) -- Educação especial.
I. Título. II. Barbosa, Esther Augusta Nunes, 1987-.
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFGM (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

**ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO TERCEIRO TRABALHO FINAL DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**A inclusão de crianças pequenas na educação infantil: a Educação Especial na creche**”, do(a) aluno(a) **Jamilis da Silva Santos**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Esther Augusta Nunes Barbosa (orientador) e Eduardo da Silva Teodoro. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a) Jamilis da Silva Santos
Jamilis da Silva Santos

Registro na UFMG: 2024694289

[Assinatura]
Profa. Ms. Esther Augusta Nunes Barbosa
Orientador(a)

[Assinatura]
Prof. Ms. Eduardo da Silva Teodoro
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

[Assinatura]
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Esther, que com paciência e dedicação me conduziu durante todo processo de escrita, oferecendo escuta e orientação. Agradeço também ao meu marido que me deu todo o suporte necessário, me incentivando a seguir e concluir essa etapa tão significativa da minha vida.

RESUMO

Este estudo analisa a inclusão de crianças pequenas, de zero a três anos, na educação infantil, com foco no atendimento educacional especializado em creches públicas brasileiras. A partir de uma revisão bibliográfica e da coleta de dados empíricos por meio de questionários aplicados a profissionais da educação infantil, a pesquisa investiga a implementação da Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos. Os resultados revelam barreiras significativas para a inclusão efetiva, como infraestrutura insuficiente, ausência de profissionais com formação específica, falta de salas de recursos multifuncionais e articulação limitada com os setores da saúde e assistência social. Embora se reconheçam práticas inclusivas, como atividades sensoriais e ensino individualizado, os profissionais indicam a necessidade de formação continuada, especialmente em áreas como Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e Libras. O estudo conclui que a consolidação da educação inclusiva nas creches requer políticas públicas integradas, investimentos estruturais e promoção de capacitação especializada para os educadores. Essas ações são essenciais para garantir o direito à educação das crianças com deficiência desde a primeira infância, assegurando sua plena participação, desenvolvimento e aprendizagem nos ambientes educacionais.

Palavras-chave: Educação Especial; Creche; Inclusão Escolar; Educação Infantil.

ABSTRACT

This study analyzes the inclusion of young children, from birth to three years old, in early childhood education, with a focus on specialized educational support in Brazilian public daycare centers. Based on a literature review and the collection of empirical data through questionnaires administered to early childhood education professionals, the research investigates the implementation of Law No. 14,880/2024, which establishes the National Policy for Specialized Educational Support for Children from Zero to Three Years Old. The results reveal significant barriers to effective inclusion, such as inadequate infrastructure, a lack of professionals with specific training, the absence of multifunctional resource rooms, and limited coordination with the health and social assistance sectors. Although inclusive practices, such as sensory activities and individualized teaching, are acknowledged, professionals point to the need for ongoing training, especially in areas such as Applied Behavior Analysis (ABA) and Brazilian Sign Language (Libras). The study concludes that consolidating inclusive education in daycare centers requires integrated public policies, structural investments, and the promotion of specialized training for educators. These actions are essential to ensuring the right to education for children with disabilities from early childhood, guaranteeing their full participation, development, and learning in educational environments.

Keywords: Special Education; Daycare; School Inclusion; Early Childhood Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Atendimento a crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento	18
Figura 2 – Quantidade de crianças com deficiência matriculadas nas instituições	19
Figura 3– Presença de educadores com formação específica em educação especial	19
Figura 4– Existência de sala de recursos multifuncional ativa	20
Figura 5– Adaptação da infraestrutura física das instituições	21
Figura 6– Articulação das instituições com a rede de saúde e assistência social	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ABA	Análise do Comportamento Aplicada
TEA	Transtorno do Espectro Autista
DONQEEI	Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA.....	13
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 Histórico e conceito de educação especial na creche.....	15
3.2 Avanços legais e desafios de implementação	15
3.3 Formação docente para a inclusão na primeira infância	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1 Análise dos Resultados dos Questionários: Percepções e Práticas sobre a Inclusão na Creche	18
4.2 Diálogo entre a Literatura e os Resultados Empíricos.....	22
5. PLANO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS	30

1. INTRODUÇÃO

A trajetória educacional é um percurso construído por vivências marcantes, memórias e desafios que moldam a formação pessoal e profissional dos sujeitos. Minha caminhada na educação começou com o ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto, em 2017, e logo foi atravessada pelo contato direto com a educação especial por meio de estágios e experiências práticas em escolas da rede pública. Atuei com crianças com deficiência física, transtorno do espectro autista (TEA) e outros diagnósticos em espaços escolares diversos, o que me possibilitou confrontar a teoria com a prática e refletir profundamente sobre os caminhos e descaminhos da inclusão na educação infantil.

Dentre as vivências mais significativas, destaco a atuação com uma criança de quatro anos que apresentava sinais de autismo, sem laudo diagnóstico à época. Essa criança adentrou a escola carregando consigo relatos bem negativos da instituição anterior. Enfrentamos momentos desafiadores mas afirmei em mim o desejo de alcançá-la pois não desejava ser mais uma a desistir dela. A relação com essa criança – inicialmente marcada por desafios intensos e crises comportamentais – transformou-se em uma experiência pedagógica potente, sustentada por escuta, adaptação e valorização de seus interesses e singularidades. A partir do uso de estratégias lúdicas e do fortalecimento do vínculo com a família, observei progressos significativos na socialização, autonomia e aprendizagem dessa criança, revelando o quanto a inclusão pode ser efetiva quando há comprometimento e articulação entre profissionais, escola e família.

A distância entre teoria e prática ainda é bem significativa, porém pude constatar que meus estudos acadêmicos me deram um norte, ao trazer consigo a ideia de que as crianças aprendem a partir dos seus objetos de interesse. E foi assim, que percebi que “No trem”, objeto de interesse dessa criança, cabiam todas as coisas que ela precisava aprender. Cabiam os numerais, as letras, e as palavras. Cabiam seus colegas. Entender isso foi fundamental para sua inclusão.

Essas experiências pessoais dialogam com uma temática cada vez mais discutida no campo educacional: a inclusão de crianças pequenas com deficiência na educação infantil.

A inclusão de crianças pequenas com deficiência na educação infantil tem sido historicamente marcada por avanços legais e dificuldades práticas. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação como dever do Estado, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que reforça o princípio da proteção integral, reconhece-se o atendimento educacional especializado como parte dos direitos fundamentais da criança (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990). No entanto, a efetivação desse

direito na primeira infância foi, por décadas, negligenciada pelas políticas públicas, com a creche ocupando posição secundária em relação a outras etapas educacionais (VITTA et al., 2018).

Durante os anos 1990 e 2000, o arcabouço normativo evoluiu, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabeleceu a oferta do atendimento educacional especializado, ainda que de forma ambígua, ao admitir a possibilidade de encaminhamento a classes ou instituições especiais quando a integração plena não fosse viável (BRASIL, 1996). Essa ambiguidade contribuiu para a manutenção de estruturas educacionais paralelas e segregadas, mesmo após o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que defendia a inclusão como princípio estruturante.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), embora tenha reafirmado o compromisso com a universalização do acesso, manteve a expressão “preferencialmente na rede regular de ensino”, o que permitiu a permanência de arranjos segregados (BRASIL, 2014). A publicação do Decreto nº 10.502/2020, que instituiu nova política nacional para a educação especial, foi criticada por organizações da sociedade civil por representar um retrocesso, ao favorecer novamente a matrícula de estudantes com deficiência em instituições especializadas (SAE DIGITAL, 2024).

No campo da educação infantil, especialmente na faixa etária de zero a três anos, as normativas apresentaram lacunas significativas. Documentos como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade (2006 e 2018) pouco detalharam os mecanismos de inclusão nessa etapa (BRASIL, 1998; BRASIL, 2006; BRASIL, 2018). Essa ausência de diretrizes práticas contribuiu para que a presença de crianças com deficiência nas creches se desenvolvesse de forma improvisada e dependente de iniciativas pontuais (VITTA et al., 2016; VITTA et al., 2018).

Com a sanção da Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos, busca-se consolidar uma nova abordagem baseada na atenção precoce, articulação intersetorial e suporte multiprofissional. A nova norma altera o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), estabelecendo diretrizes para a formação dos profissionais, adaptação dos espaços físicos e criação de serviços de visita domiciliar (BRASIL, 2024). A implementação, entretanto, enfrenta barreiras expressivas. Mais de 2,3 milhões de crianças de até três anos permanecem fora da creche, o que revela um déficit estrutural agravado pela escassez de infraestrutura, de profissionais qualificados e de apoio técnico-pedagógico (SENADO NOTÍCIAS, 2024; TERRA, 2025).

Nesse cenário, o presente estudo tem por objetivo analisar a aplicação da Lei nº 14.880/2024 no contexto das creches da rede municipal de Itabirito, investigando os entraves para a inclusão efetiva de crianças com deficiência na faixa de zero a três anos. O foco recai sobre a adaptação das estruturas institucionais, a qualificação dos profissionais e a articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social. Busca-se, ainda, mapear práticas bem-sucedidas que possam contribuir com a formulação de políticas públicas inclusivas na educação infantil.

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, com base em análise documental, revisão bibliográfica e questionário aplicado, com o objetivo de compreender os desafios e avanços na implementação da inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, com ênfase nas creches públicas e na aplicação da Lei nº 14.880/2024 (BRASIL, 2024). A escolha dessa abordagem se justifica pela natureza interpretativa da pesquisa, voltada à compreensão de fenômenos sociais e educacionais em seu contexto real (MINAYO, 2001).

A análise documental utilizou como fontes a legislação vigente, destacando a própria Lei nº 14.880/2024, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2024b). Serão considerados ainda os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), como referência metodológica para compreender os parâmetros utilizados pelas instituições para avaliação de suas práticas inclusivas.

A revisão bibliográfica se baseará em artigos científicos e estudos acadêmicos voltados à educação especial na primeira infância. Os principais aportes virão dos trabalhos de Vitta et al. (2016; 2018) e Nunes (s.d.), que discutem as fragilidades históricas da inclusão de crianças pequenas nas creches brasileiras e os desafios da formação docente para essa etapa. Serão incluídos também estudos recentes de natureza aplicada e relatórios oficiais sobre políticas públicas.

Além das fontes acadêmicas e legais, será realizada uma análise de reportagens e levantamentos jornalísticos recentes, como os divulgados pelo Senado Federal (SENADO NOTÍCIAS, 2024) e pelo portal Terra (TERRA, 2025), que abordam dados de demanda por vagas, escassez de infraestrutura e dificuldades práticas relatadas por famílias e educadores.

A análise será estruturada em três eixos:

- (1) o primeiro eixo examinará os marcos legais e normativos voltados à inclusão na creche, com destaque para as diretrizes presentes na Lei nº 14.880/2024, nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2024b) e nos documentos complementares de orientação do Ministério da Educação;
- (2) o segundo eixo desenvolverá a revisão de literatura científica sobre práticas inclusivas, destacando os conceitos de atenção precoce, articulação intersetorial e formação docente;

(3) o terceiro eixo abordará a implementação prática da inclusão, com base na análise dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), nas diretrizes operacionais e nos dados da imprensa, buscando compreender a distância entre os dispositivos normativos e a realidade cotidiana das creches públicas.

Essa estrutura permitirá interpretar as principais barreiras que dificultam a consolidação da educação inclusiva para crianças de zero a três anos, bem como identificar elementos que favorecem a construção de práticas mais equitativas e integradas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Histórico e conceito de educação especial na creche

A educação especial para crianças de zero a três anos ocupou, historicamente, uma posição marginal no contexto das políticas públicas brasileiras. Durante décadas, a creche foi concebida prioritariamente como espaço de cuidado e assistência social, sobretudo para populações em situação de vulnerabilidade, sem que houvesse uma compreensão consolidada de seu papel como etapa da educação básica (VITTA et al., 2018). A ausência de um marco conceitual voltado à inclusão de crianças com deficiência nessa faixa etária contribuiu para que predominasse uma lógica assistencialista, muitas vezes baseada em encaminhamentos clínicos ou filantrópicos, dissociados do processo educacional.

A promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, representou um ponto de inflexão ao reconhecer a inclusão como princípio estruturante do sistema educacional, mas sua aplicação efetiva na educação infantil seguiu limitada, especialmente no atendimento às crianças com deficiência em creches (BRASIL, 2008). Mesmo com o reconhecimento normativo da creche como direito da criança e dever do Estado pela LDB (BRASIL, 1996), a ausência de mecanismos específicos para a primeira infância dificultou a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas e integradas.

3.2 Avanços legais e desafios de implementação

A Lei nº 14.880/2024 institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos, com ênfase na atenção precoce e na atuação intersetorial entre educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2024a). A legislação determina a adaptação dos espaços físicos das creches, a presença de equipes multiprofissionais e a obrigatoriedade da formação específica dos educadores para atuação com crianças com deficiência. Essa iniciativa altera o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), ampliando o escopo da proteção educacional desde os primeiros anos de vida.

As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (DONQEEI), homologadas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, reforçam esse compromisso ao estruturarem cinco dimensões essenciais: gestão democrática, projeto político-pedagógico, formação e condições de trabalho, avaliação e infraestrutura (BRASIL, 2024b). Cada uma dessas dimensões exige ações concretas para assegurar equidade e qualidade

na oferta educacional, especialmente no que se refere ao atendimento de crianças com deficiência.

Complementarmente, os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009) fornecem parâmetros operacionais para avaliar as condições reais das instituições quanto à inclusão. As dimensões avaliadas pelos indicadores — planejamento institucional, multiplicidade de linguagens, interações, promoção da saúde, espaços físicos e materiais, formação profissional e relação com famílias — são fundamentais para analisar a distância entre a legislação e a prática nas creches públicas.

Apesar dos avanços legais, a implementação enfrenta entraves estruturais. Segundo levantamento do Senado Federal, mais de 2,3 milhões de crianças de zero a três anos seguem fora da creche por falta de vagas, infraestrutura adequada e políticas públicas efetivas (SENADO NOTÍCIAS, 2024). A cobertura ainda distante da meta de 50% estabelecida pelo PNE evidencia a desigualdade de acesso. Além disso, instituições frequentemente relatam ausência de condições físicas e de pessoal para atender às especificidades da educação inclusiva (SAE DIGITAL, 2024; TERRA, 2025).

3.3 Formação docente para a inclusão na primeira infância

A formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil tem papel central na consolidação de práticas inclusivas. A literatura aponta que grande parte dos educadores que atuam nas creches não possui capacitação específica para o atendimento de crianças com deficiência, o que compromete a qualidade das interações pedagógicas e a eficácia das propostas de inclusão (VITTA et al., 2016). A formação deficiente contribui para a reprodução de práticas excludentes e para o reforço da lógica assistencialista no cotidiano das instituições.

A DONQEEI define como princípio a valorização docente por meio de formação contínua, condições adequadas de trabalho e apoio técnico-pedagógico (BRASIL, 2024b). No entanto, a realidade apontada por estudos e levantamentos de campo indica que essa dimensão ainda enfrenta barreiras importantes, como ausência de programas de qualificação específicos e baixa articulação entre teoria e prática nos cursos de pedagogia (TERRA, 2025).

O despreparo técnico se soma à falta de políticas públicas que articulem os setores da educação, saúde e assistência social para formação integrada de equipes. A experiência brasileira demonstra que iniciativas isoladas não são suficientes para garantir inclusão sustentável. Por isso, diversos autores defendem a reformulação curricular dos cursos de

licenciatura, com ênfase na inclusão desde o início da formação superior e práticas supervisionadas junto a instituições inclusivas (VITTA et al., 2018).

Além da formação técnica, destaca-se a necessidade de desenvolver atitudes inclusivas no cotidiano escolar, considerando o respeito à diversidade, a valorização das singularidades das crianças e a promoção de vínculos colaborativos com as famílias. A inclusão só se concretiza em contextos que rompem com visões segregadoras e que constroem, coletivamente, um ambiente de acolhimento e desenvolvimento integral.

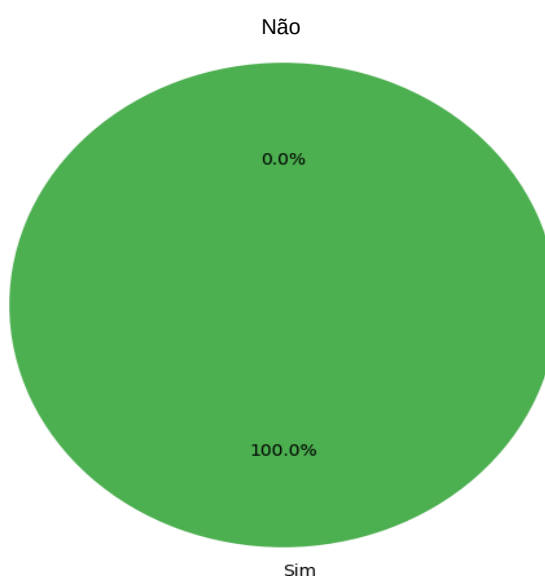
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos Resultados dos Questionários: Percepções e Práticas sobre a Inclusão na Creche

Os dados obtidos junto a nove profissionais de instituições públicas de educação infantil permitem uma compreensão aprofundada acerca das percepções e práticas relacionadas à inclusão de crianças com deficiência nas creches.

Inicialmente, observou-se que a totalidade das instituições participantes (100%) atende crianças de 0 a 3 anos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, como representado na Figura 1. Esse resultado indica a presença significativa de demandas inclusivas nesse nível educacional, o que reforça a necessidade de políticas estruturadas para seu atendimento.

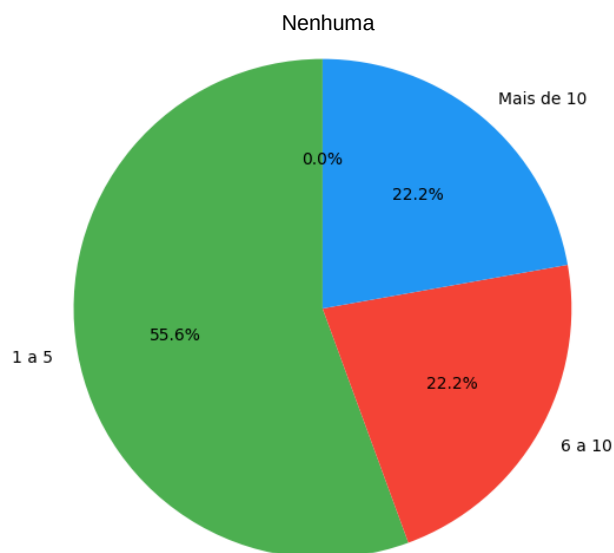
Figura 1– Atendimento a crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere à quantidade de crianças com deficiência matriculadas, a maioria das instituições (55,6%) atende entre uma e cinco crianças, enquanto 22,2% atendem de seis a dez crianças e outros 22,2% atendem mais de dez crianças (Figura 2). Esse dado evidencia que quase metade das instituições lida com um volume significativo de crianças com deficiência, o que demanda recursos materiais e humanos adequados.

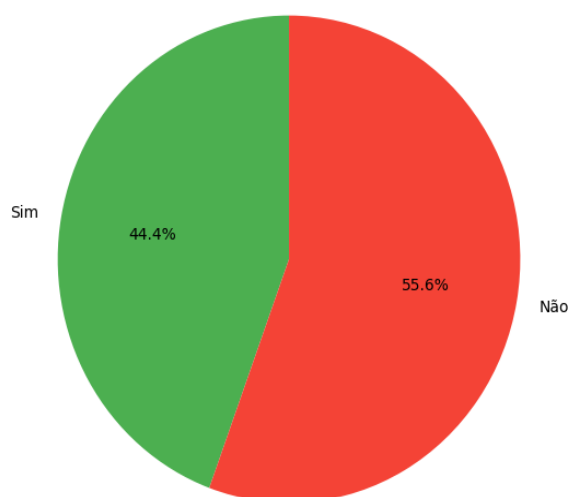
Figura 2 – Quantidade de crianças com deficiência matriculadas nas instituições



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Entretanto, a formação dos profissionais revela-se um fator limitante. Em mais da metade das instituições (55,6%), não há educadores com formação específica em educação especial, conforme ilustra a Figura 3. Tal ausência compromete a efetividade do Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pela Lei nº 14.880/2024 (BRASIL, 2024a).

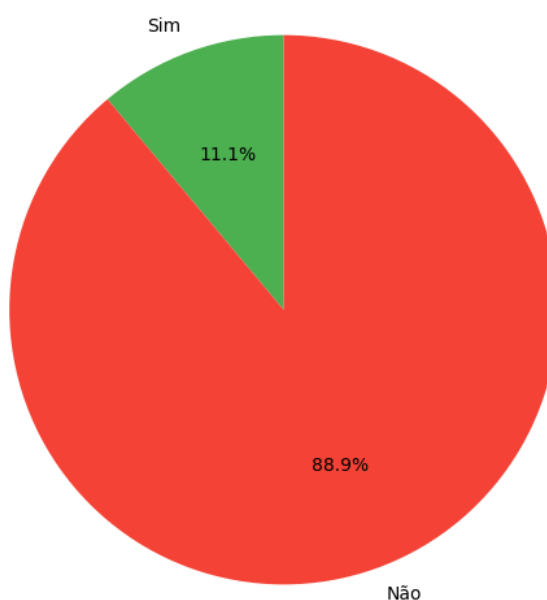
Figura 3– Presença de educadores com formação específica em educação especial



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, constatou-se que apenas 11,1% das instituições possuem sala de recursos multifuncional ativa (Figura 4). A inexistência dessa estrutura na maioria das unidades inviabiliza a personalização das práticas pedagógicas inclusivas, conforme recomenda a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

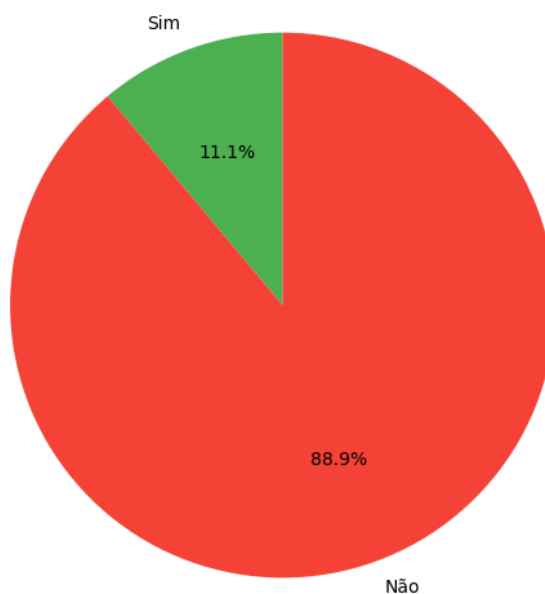
Figura 4– Existência de sala de recursos multifuncional ativa



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Outro aspecto crítico identificado refere-se à infraestrutura física das instituições. A grande maioria (88,9%) relatou não possuir adaptações adequadas para atender crianças com deficiência, como rampas de acesso, banheiros adaptados ou espaços lúdicos acessíveis (Figura 5). Essa realidade contraria as diretrizes das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (DONQEEI), que estabelecem a infraestrutura como uma dimensão essencial para a promoção da equidade (BRASIL, 2024b).

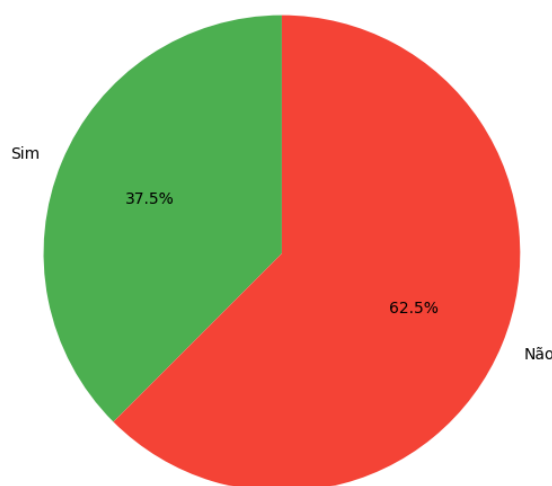
Figura 5– Adaptação da infraestrutura física das instituições



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à articulação com a rede de saúde e assistência social, apenas 37,5% das instituições declararam possuir essa interação, enquanto a maioria (62,5%) não estabelece esse tipo de articulação (Figura 6). Tal ausência compromete a oferta de atenção precoce e de suporte multiprofissional, conforme preconiza a legislação (BRASIL, 2024a).

Figura 6– Articulação das instituições com a rede de saúde e assistência social



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação às práticas pedagógicas consideradas eficazes para a inclusão, destacaram-se atividades sensoriais, brincadeiras livres e coletivas, metodologias ativas e adaptação do ensino às necessidades individuais. Estes elementos refletem o esforço dos profissionais em promover práticas mais inclusivas, alinhadas aos princípios da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008).

Por fim, os profissionais indicaram como principais necessidades de formação continuada capacitações práticas em Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Análise do Comportamento Aplicada (ABA), Libras e estratégias para o manejo de crises associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas demandas evidenciam lacunas importantes na formação inicial dos educadores, que precisam ser supridas para garantir a efetividade das práticas inclusivas.

4.2 Diálogo entre a Literatura e os Resultados Empíricos

Os achados empíricos corroboram amplamente a literatura especializada, que denuncia as dificuldades históricas e estruturais da inclusão na educação infantil brasileira. Conforme apontado por Vitta et al. (2018), ainda persiste uma concepção assistencialista da creche, muitas vezes compreendida como espaço de cuidado e não como ambiente educativo dotado de intencionalidade pedagógica e respeito aos direitos das crianças com deficiência.

A insuficiência de infraestrutura física adaptada, evidenciada pelo fato de que 88,9% das instituições não possuem adaptações adequadas, confirma o que as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (DONQEEI) identificam como uma das principais barreiras à inclusão (BRASIL, 2024b). As DONQEEI estabelecem que a infraestrutura deve ser uma das dimensões essenciais da qualidade e da equidade educacional, ao lado da gestão democrática, do projeto pedagógico, da formação docente e da avaliação.

A carência de salas de recursos multifuncionais e de profissionais especializados, presente em quase todas as instituições participantes, reflete a lacuna entre o que a Lei nº 14.880/2024 propõe — a institucionalização da atenção precoce, com suporte multiprofissional — e o que se observa na realidade cotidiana das creches públicas (BRASIL, 2024a).

A ausência de articulação com a rede de saúde e assistência social, relatada por 62,5% das instituições, compromete a efetivação do modelo intersetorial defendido pela política de atenção precoce e reforça o diagnóstico apresentado por SAE Digital (2024) e pelo Senado

Notícias (2024), que indicam a fragmentação das políticas públicas como um dos principais entraves à inclusão.

Além disso, a formação profissional inadequada, evidenciada na forte demanda por capacitações práticas em áreas como ABA, aprendizagem da LIBRAS e Educação Inclusiva, confirma o que Vitta et al. (2018) já apontavam: a formação inicial dos educadores raramente contempla competências voltadas ao atendimento de crianças com deficiência na educação infantil, especialmente na creche.

Por outro lado, o reconhecimento, pelos profissionais, de práticas pedagógicas eficazes como atividades sensoriais, brincadeiras coletivas e metodologias ativas revela uma apropriação, ainda que incipiente, dos princípios da educação inclusiva, conforme delineados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Finalmente, a participação das famílias, percebida como irregular, reforça a necessidade de implementar estratégias que fortaleçam o vínculo escola-família, aspecto fundamental para a inclusão, conforme destacam os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Em síntese, os dados empíricos e a literatura convergem ao indicar que a efetivação da inclusão na creche demanda ações estruturantes, que articulem formação docente qualificada, adaptação de espaços físicos, fortalecimento da articulação intersetorial e aprofundamento do vínculo com as famílias, assegurando a materialização do direito à educação inclusiva desde a primeira infância.

5. PLANO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO

A partir da pesquisa realizada, percebeu-se a necessidade de elaboração de uma cartilha orientadora voltada as equipes pedagógicas dos Centros Municipais de Educação infantil (CMEIs) que atendem bebês e crianças de 0 a 3 anos. Considerando que muitas crianças chegam as Creches ainda em processo de investigação diagnóstica, e que os sinais de deficiência nem sempre estão claramente definidos nessa fase da infância, torna-se indispensável fornecer suporte teórico e prático aos profissionais que lidam com essas situações no cotidiano.

Além da disponibilização da cartilha é importante a criação de espaços formativos e de diálogos para e entre os profissionais das creches. Dessa forma propõe-se a criação de um encontro formativo, que pode ser feito em uma reunião pedagógica, como estratégia de divulgação dos resultados da pesquisa através da cartilha que será disponibilizada para a Secretaria de Educação, visando a implementação de práticas mais inclusivas nas creches, conforme descrito a seguir:

Tema: Atenção Educacional Especializada na Creche: desafios e caminhos para a inclusão de bebês e crianças de 0 a 3 anos.

Ementa: Discutir aspectos legais, pedagógicos e estruturais do atendimento a criança com deficiência na educação infantil, com foco no contexto das creches públicas. Refletir sobre práticas inclusivas viáveis diante de diagnósticos em processo, considerando o papel da equipe pedagógica, o trabalho intersetorial e a escuta ativa das famílias.

Objetivo: Proporcionar aos profissionais da educação Infantil reflexões e estratégias práticas para acolher e atender crianças com deficiência ou em processo de investigação diagnóstica, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem desde a primeira infância.

Metodologia: O encontro será organizado em formato presencial, com duração de 4 horas, e envolver atividades expositivas dialogadas, estudo de caso e dinâmicas de grupo. Os conteúdos serão apresentados com base na cartilha elaborada e em dados apresentados na pesquisa, com espaço para trocas de experiências entre os participantes.

Desenvolvimento:

- Acolhida e apresentação do tema (30min)
- Exposição sobre o marco legal e a Lei 14.880/2024 (40min)
- Discussão sobre os dados da pesquisa: dificuldades e práticas observadas (40min)
- Dinâmica: análise de situações reais relatadas pelos profissionais das creches (40min)
- Estudo orientado da cartilha com a aplicação em pequenos grupos (40min)

- Fechamento com socialização das reflexões e sugestões dos participantes (30min)

Resultados esperados:

- Maior compreensão, por parte dos profissionais, das diretrizes legais e dos desafios da inclusão na creche;
- Ampliação da segurança frente a casos ainda não diagnosticados;
- Adoção de práticas mais sensíveis e flexíveis as especificidades do desenvolvimento infantil com deficiência;
- Disseminação da cartilha como instrumento formativo e de apoio contínuo;

A construção dessa proposta formativa e da cartilha que a acompanha nasceu da interseção entre a vivência profissional e o estudo acadêmico realizado ao longo da pesquisa. Embora não tenha sido possível aplicar o encontro proposto devido a mudanças na trajetória profissional, a estrutura apresentada aqui permanece como sugestão viável para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Educação. A cartilha poderá ser distribuída nas unidades de Educação Infantil como apoio prático e teórico as equipes escolares que atuam com bebês e crianças pequenas com deficiência ou em investigação diagnóstica.

Ademais, sugere-se que a cartilha abaixo seja divulgada nas comunidades escolares para contribuir com informações acerca da Educação Especial na etapa da Educação Infantil:

INCLUSÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CRECHEI.

Jamilis Silva

AVANÇOS LEGAIS

Lei nº 14.880/2024, nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil DONQEEI (BRASIL, 2024b).

DONQEEI

Dimensões essenciais:

- Gestão democrática.
- Projeto político-pedagógico.
- Formação e condições de trabalho.
- Avaliação e infraestrutura.
- criação de salas recurso
- articulação entre as redes: educação, saúde e assistência social.

NECESSIDADES DA FORMAÇÃO DOCENTE

- Formação continuada
- Capacitações práticas em Educação Inclusiva.
- Atendimento Educacional Especializado.
- Análise do Comportamento Aplicada (ABA).
- Curso de Libras.
- Estratégias para o manejo de crises associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ATITUDES INCLUSIVAS

- Respeito à diversidade.
- Valorização das singularidades das crianças.
- Promoção de vínculos colaborativos com as famílias.
- Construção de ambiente acolhedor.

PRÁTICAS INCLUSIVAS

- Atividades sensoriais.
- Brincadeiras livres e coletivas.
- Metodologias ativas.
- Adaptações do ensino.

DIALOGO COM A LITERATURA

É Necessário romper com a concepção assistencialista da creche, compreendendo-a como ambiente educativo dotado de intencionalidade pedagógica e respeito aos direitos das crianças com deficiência.

ENCONTRO FORMATIVO

TEMA

Atenção Educacional Especializada na Creche: desafios e caminhos para a inclusão de bebês e crianças de 0 a 3 anos.

EMENTA

Discutir aspectos legais, pedagógicos e estruturais do atendimento a criança com deficiência na educação infantil, com foco no contexto das creches públicas. Refletir sobre práticas inclusivas viáveis diante de diagnósticos em processo, considerando o papel da equipe pedagógica, o trabalho intersetorial e a escuta ativa das famílias.

OBJETIVO

Proporcionar aos profissionais da educação Infantil reflexões e estratégias práticas para acolher e atender crianças com deficiência ou em processo de investigação diagnóstica, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem desde a primeira infância.

METODOLOGIA

O encontro será organizado em formato presencial, com duração de 4 horas, e envolver atividades expositivas dialogadas, estudo de caso e dinâmicas de grupo. Os conteúdos serão apresentados com base na cartilha elaborada e em dados apresentados na pesquisa, com espaço para trocas de experiências entre os participantes.

DESENVOLVIMENTO

- Acolhida e apresentação do tema (30min)
- Exposição sobre o marco legal e a Lei 14.880/2024 (40min)
- Discussão sobre os dados da pesquisa: dificuldades e práticas observadas (40min)
- Dinâmica: análise de situações reais relatadas pelos profissionais das creches (40min)
- Estudo orientado da cartilha com a aplicação em pequenos grupos (40min)
- Fechamento com socialização das reflexões e sugestões dos participantes (30min).

Resultados esperados

- Maior compreensão, por parte dos profissionais, das diretrizes legais e dos desafios da inclusão na creche;
- Ampliação da segurança frente a casos ainda não diagnosticados;
- Adoção de práticas mais sensíveis e flexíveis às especificidades do desenvolvimento infantil com deficiência;
- Disseminação da cartilha como instrumento formativo e de apoio contínuo;

Referências:



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a aplicação da Lei nº 14.880/2024 no contexto das creches públicas brasileiras, investigando os principais entraves para a inclusão efetiva de crianças com deficiência na faixa etária de zero a três anos. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise dos dados empíricos obtidos junto a profissionais da educação infantil, foi possível identificar um conjunto expressivo de barreiras que limitam a concretização de uma educação inclusiva na primeira infância.

Os resultados evidenciam que, embora a totalidade das instituições participantes atenda crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, essa presença não se traduz, necessariamente, em práticas pedagógicas inclusivas estruturadas. A falta de profissionais com formação específica em educação especial, associada à ausência de salas de recursos multifuncionais e à precariedade da infraestrutura física, revela uma realidade que ainda está distante dos pressupostos e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2024a) e pelas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2024b).

A carência de articulação intersetorial, especialmente com os setores da saúde e da assistência social, também foi identificada como um obstáculo significativo, comprometendo a efetividade das ações de atenção precoce e o suporte multiprofissional necessário ao desenvolvimento integral das crianças. Além disso, a participação das famílias, elemento fundamental para a consolidação de práticas inclusivas, foi percebida como irregular, o que reforça a necessidade de estratégias que fortaleçam o vínculo entre escola e comunidade.

A análise da literatura corrobora esses achados ao apontar que, historicamente, a creche no Brasil foi concebida prioritariamente como espaço de cuidado, desprovida de uma concepção pedagógica que respeite e valorize as especificidades das crianças com deficiência (VITTA et al., 2018). A promulgação da Lei nº 14.880/2024 representa, nesse sentido, um avanço importante ao estabelecer parâmetros normativos para a promoção da inclusão desde a primeira infância, destacando a necessidade de formação específica dos educadores, adaptação dos espaços físicos e criação de serviços de apoio intersetorial.

No entanto, conforme demonstrado neste estudo, a efetividade dessa legislação ainda depende da superação de barreiras históricas e estruturais, que incluem a ausência de políticas públicas integradas, a insuficiência de financiamento, a precarização das condições de trabalho docente e a falta de programas contínuos de formação profissional. A implementação das diretrizes da Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado requer, portanto, um compromisso político-institucional que transcenda o plano normativo, promovendo ações

concretas de transformação das práticas pedagógicas e de gestão das instituições de educação infantil.

Diante disso, recomenda-se que as redes municipais de ensino realizem diagnósticos locais sobre as condições de inclusão nas creches, utilizando instrumentos como os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), a fim de orientar políticas e ações voltadas à superação das fragilidades identificadas. Além disso, é imprescindível o investimento em programas de formação continuada para os profissionais da educação infantil, com foco na construção de competências para o trabalho pedagógico com crianças com deficiência.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre diferentes municípios e regiões do país, com o intuito de identificar experiências bem-sucedidas e modelos de gestão que possam ser replicados ou adaptados em outros contextos. Além disso, investigações sobre a perspectiva das famílias e das próprias crianças podem contribuir para uma compreensão mais ampla e humanizada dos processos de inclusão na creche.

Por fim, ressalta-se que a consolidação de uma educação inclusiva na primeira infância passa, necessariamente, pelo reconhecimento da criança com deficiência como sujeito de direitos e pelo fortalecimento de práticas institucionais que garantam sua presença, participação e aprendizagem, conforme assegurado pela legislação brasileira e pelos princípios da educação para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024**. Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

VITTA, F. C. F. et al. **Educação da criança de zero a três anos e educação especial**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, 2016.

VITTA, F. C. F. et al. **Produção científica nacional na Educação Especial e creche**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 24, n. 4, 2018.

NUNES, L. R. P. **A Educação Especial em Creches**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008.

SAE DIGITAL. **Inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades**. SAE Digital, 2024. Disponível em: <https://sae.digital/inclusao-na-educacao-infantil>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SENADO NOTÍCIAS. **Mais de 2,3 milhões de crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche, aponta estudo**. Senado Notícias, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TERRA. **Especialistas alertam sobre a necessidade de capacitação de professores para inclusão escolar**. Terra, 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NA CRECHE

Introdução

Este questionário tem como objetivo levantar informações sobre a inclusão de crianças de 0 a 3 anos com deficiência nas instituições de educação infantil, a partir da percepção dos profissionais da rede pública. As respostas contribuirão para a análise das condições de implementação da Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado para a Primeira Infância.

A participação é voluntária e as informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Questionário

1. Qual seu vínculo com a instituição de educação infantil?
() Professor () Gestor () Auxiliar () Outro. Qual? _____
2. A instituição onde você atua atende crianças de 0 a 3 anos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento?
() Sim () Não
3. Quantas crianças com deficiência estão atualmente matriculadas na instituição?
() Nenhuma () 1 a 5 () 6 a 10 () Mais de 10
4. Quais são os principais tipos de deficiência ou transtornos observados entre as crianças atendidas?
5. Há na instituição educadores com formação específica em educação especial?
() Sim () Não
6. A instituição possui sala de recursos multifuncional ativa?
() Sim () Não

7. Você considera que recebe apoio técnico-pedagógico suficiente para promover práticas inclusivas?
() Sim () Não. Justifique:
8. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta para realizar adaptações pedagógicas?
9. A infraestrutura física da instituição é adaptada para crianças com deficiência?
() Sim () Não. Se não, aponte quais adaptações faltam:
10. Existe articulação com a rede de saúde e assistência social para atendimento das crianças?
() Sim () Não
11. Que tipo de formação continuada você considera necessária para aprimorar o atendimento especializado?
12. Cite práticas pedagógicas que você considera eficazes para a inclusão de crianças pequenas com deficiência:
13. Como as famílias participam do processo de inclusão das crianças na instituição?
14. Que sugestões você daria para fortalecer a inclusão de crianças com deficiência na primeira infância?